

A expressão da causalidade no conector *por isso*: funções de conclusão, consequência e elaboração

The expression of causality in the Portuguese connector *por isso*:
functions of conclusion, consequence and elaboration

Monclar Guimarães Lopes¹
Mayra Laurindo Rabello²

Resumo: Neste artigo, temos o objetivo de descrever os usos do conector *por isso* no português brasileiro contemporâneo com base nos domínios linguísticos da conexão, conforme abordagem de Sweetser (1990): o do conteúdo, o epistêmico e o dos atos de fala. Subsidiariamente, buscamos propor um refinamento para a identificação e a classificação da função desse conector nesses domínios a partir da análise de mais dois fatores: a) sucessão temporal (ou não) entre os segmentos discursivos (respectivamente D1 e D2) articulados pelo conector *por isso*; b) presença de conteúdo factual ou não factual em D2. Para esse fim, investigamos, por meio de metodologia mista, 150 ocorrências do português brasileiro contemporâneo extraídas do *Corpus Portuguese Web 2020*, analisadas à luz dos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. Rosário, 2022). Nossos resultados indicam, entre outras coisas, que: a) a conclusão pertence domínio epistêmico, não apresenta sucessão temporal entre D1 e D2 nem conteúdo factual em D2; b) a consequência pertence ao domínio do conteúdo, apresenta sucessão temporal e conteúdo factual em D1 e D2; c) a elaboração pertence ao domínio dos atos de fala ou do conteúdo, mas não apresenta sucessão temporal entre D1 e D2 e tem conteúdo factual em D2.

Palavras-chave: Conector *por isso*. Conclusão. Consequência. Elaboração. Linguística Funcional Centrada no Uso.

Abstract: In this paper, we aim to describe the different uses of the connector *por isso* in contemporary Brazilian Portuguese based on the linguistic domains of connection, according to the perspective of Sweetser (1990): content, epistemic and speech acts. Subsidiarily, we seek to propose a refinement for the identification and classification of the function of this connector in these domains based on the analysis of more two factors: a) temporal succession (or not) between the discursive segments (respectively D1 and D2) articulated by the connector; b) presence of factual or non-factual content in D2. To this end, we investigated, using quali-quantitative methodology (Lacerda, 2016), 150 tokens of contemporary Brazilian Portuguese extracted from the *Corpus Portuguese Web 2020*. The data were analyzed according to the assumptions of Usage-Based Linguistics (cf. Rosário, 2022). Our results indicate that: a) conclusion belongs to the epistemic domain, does not present temporal succession between D1 and D2 nor factual content in D2; b) the consequence belongs to the content domain, presents temporal succession and factual content in D1 and D2; c) the elaboration belongs to the content or speech acts domain, does not present temporal succession between D1 and D2 and has factual content in D2.

Keywords: *Por isso* connector. Conclusion. Consequence. Elaboration. Usage-Based Linguistics.

¹ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: monclarlopes@id.uff.br.

² Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: mayra_laurindo@id.uff.br.

Introdução

Embora haja certo dissenso quanto a sua classificação morfológica, o conector *por isso* é bastante conhecido na literatura gramatical e linguística. Para alguns, trata-se de uma conjunção coordenativa conclusiva (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2017); para outros, de um elemento de natureza adverbial que articula orações (Bechara, 2019; Azeredo, 2018), cuja trajetória de gramaticalização ainda não foi concluída (Neves, 2018). A despeito dessa diferença, tais estudos (e muitos outros) compartilham a ideia de que *por isso* – e outros conectores conclusivos análogos a ele – veicula valores semânticos de conclusão ou consequência.

Não obstante esse fato, há algumas pesquisas em que se atribui aos conectores conclusivos um valor semântico distinto. É o que encontramos, por exemplo, nos estudos de Marques (2001) e Floret (2022). Iniciemos com a apreciação de uma das ocorrências de Marques (2001), em que a estudiosa atribui a *portanto* o valor semântico de *esclarecimento*:

- (a) “Eu pesco com dois colegas meus, mais ou menos na mesma idade, que um pesca com iscos vivos, **portanto** a minhoca, no caso, não é, e outro pesca à pluma, ou seja, a mosca artificial” (PE falado – 368-20-c03-001-20-m-b-3-2-00). (Marques, 2001, p. 85)³

Segundo a autora, *portanto*, nesse caso, estabelece “uma relação de esclarecimento entre o termo ‘iscos vivos’ e ‘a minhoca’”⁴, com a função de reformular uma informação que o falante julga necessário especificar, exemplificar, esclarecer etc. Marques (2001) associa esse tipo de uso ao expediente linguístico da paráfrase que, segundo Hilgert (1996, p. 132), caracteriza-se como um enunciado que reformula um anterior por meio de dois movimentos básicos: uma passagem do geral (expresso no segmento matriz) para o específico (no segmento encabeçado pelo conector) ou o contrário disso.

Floret (2022), para a descrição do conector *por isso*, recorre aos estudos de Sweetser (1990), que propõe que a relação causal se estabeleça em três domínios: referencial (ou do conteúdo), epistêmico e interacional (ou dos atos de fala). Segundo a autora, no domínio interacional, *por isso* introduz uma *justificativa* para um ato de fala desempenhado. Como ilustração desse uso, ela explora a ocorrência a seguir:

- (b) A Fazenda São Jerônimo oferece um circuito de duas horas em que o turista, além de montar o animal em terra, pode fazê-lo na água. De quebra, ainda anda pela mata, desce um igarapé de canoa, caminha por uma praia deserta e percorre uma passarela sobre um belo manguezal. É um panorama bem completo da ilha – **por isso**, se tiver pouco tempo,

³ As ocorrências extraídas de textos de outros autores estão distribuídas em caracteres alfabéticos; as ocorrências desta pesquisa, em caracteres numéricos.

⁴ Marques, *op.cit.*, p. 85.

escolha esse passeio. (Século XXI – Matérias da Revista Azul Magazine).
(Floret, 2022, p. 75).

Segundo Floret (2022), na ocorrência (b), o falante, em D2, aconselha o leitor a escolher um passeio com base na descrição apresentada em D1. A autora afirma que, nesses usos, “um ato de fala diretivo (um pedido, uma ordem, um desejo, uma instrução, etc.) realizado pelo locutor é *justificado* por um estado de coisas que atenua um possível efeito negativo da ação solicitada/imposta ao interlocutor” (Floret, 2022, p. 75, grifo nosso). Ela também avalia a existência de uma certa proximidade semântico-discursiva desses usos aos da conjunção *porque* na oração coordenada explicativa, com a diferença de que, nesta, o ato diretivo encontra-se na coordenada assindética, e não na sindética. É o que observamos em (c) e (d), abaixo, haja vista que há uma relação entre fato diretivo em D1 e explicação em D2 em (c); justificativa em D1 e ato diretivo em (D2) em (d).

- c) Desliga o ar-condicionado, por favor, **porque** está frio.
- d) Está frio, **por isso** desliga o ar-condicionado, por favor.
(Floret, 2022, p. 75)

Para além desses dados apresentados por Floret (2022), que dialogam diretamente com as classificações de Sweetser (1990) para o domínio dos atos de fala, encontramos outros usos linguísticos de *por isso* que, a rigor, entram no domínio do conteúdo, mas cujas relações semântico-pragmáticas estabelecidas entre D1 e D2 são semelhantes. Abaixo, segue uma ilustração:

- (01) “A Covid-19 é um vírus transmitido principalmente, por secreções respiratórias, na forma de gotículas. Ele se diferencia da transmissão por aerossóis, que são capazes de alcançar as vias respiratórias apenas pelo simples contato da respiração, como acontece com o sarampo e a varicela. Já a influenza e a Covid-19 são transmitidas por gotículas de saliva e secreções respiratórias por quem está doente, principalmente, o paciente sintomático, quando tosse e respira. **Por isso** se recomenda a distância de pelo menos dois metros, para evitar esse tipo de contaminação”, explica a especialista.

Em (01), *por isso* encabeça uma sentença que introduz um ato de fala assertivo, e não diretivo⁵. Em D1, identificamos a razão para a asserção que se faz em D2, de modo análogo ao que acabamos de observar no dado (d) extraído de Floret (2022, p. 75), em que o motivo está expresso em D1 (*está frio*) e o ato de fala em D2 (**por isso**, *desliga o ar-condicionado*,

⁵ Segundo Searle (1982, p. 32), há cinco categorias gerais de atos de fala (ilocucionários): “dizemos a outrem como são as coisas (assertivos), tentamos mandar outrem fazer coisas (diretivos), nos comprometemos a fazer coisas (promissivos), expressamos nossos sentimentos e atitudes (expressivos) e provocamos mudanças no mundo através de nossas enunciações (declarações)”.

por favor). Inclusive, se alterássemos a ordem das sentenças, poderíamos ter uma relação semelhante à observada entre as ocorrências (c) e (d):

(01') Recomenda-se a distância de pelo menos dois metros, para evitar esse tipo de contaminação, **porque** a Covid-19 é um vírus transmitido, principalmente, por secreções respiratórias, na forma de gotículas (...).

Dada a relativa proximidade entre usos como os expressos em (01) e (01'), em comparação a usos como (c) e (d), defendemos que *por isso*, em (01), tenha valor semântico análogo a *por isso* em (d) – a que nomeamos, aqui, como *esclarecimento*⁶ –, muito embora os segmentos discursivos em cada ocorrência pertençam a domínios distintos. Sob esse ponto de vista, o valor semântico não emergiria propriamente do domínio em que se insere D2, mas dependeria também da relação estabelecida entre as duas unidades discursivas (D1 e D2), que, inclusive, podem pertencer a domínios distintos.

Vale mencionar que, em publicações anteriores (Lopes; Silva, 2022; 2023; Lopes; Rabello, 2022), já vínhamos trabalhando com os domínios de Sweetser (1990) para explicar os usos de dois conectores conclusivos – *com isso* e *por isso*, buscando sempre uma correlação entre os valores semânticos assumidos pelo conector e a sua instanciação nos três diferentes domínios. Nesses trabalhos, havíamos estabelecido uma relação entre o domínio do conteúdo e a função de *consequência*; o domínio epistêmico e a função de *conclusão*; o domínio interacional e a função de *elaboração*. Hoje, defendemos que essa correlação não se dá exatamente de um para um, motivo pelo qual investimos em mais dois fatores de análise, para além dos domínios: a) sucessão temporal (ou não) entre os segmentos discursivos (respectivamente D1 e D2) articulados pelo conector *por isso*; b) presença de conteúdo factual ou não factual em D2.

Em nosso ponto de vista, a contribuição deste trabalho está não somente na descrição dos usos de *por isso* na função de conector no português brasileiro contemporâneo. Para além disso, acreditamos que os fatores de análise propostos para diferenciar esses usos sejam extensíveis a outros conectores conclusivos do português (embora certas diferenças funcionais sejam admitidas e até esperadas) e, quiçá, de outras línguas, haja vista a dimensão cognitiva desses usos.

Esta pesquisa foi realizada à luz dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso – ou LFCU – (Rosário, 2022), visto que essa é uma abordagem que objetiva descrever a gramática das línguas naturais a partir de dados empíricos do uso linguístico. De maneira suplementar, recorreremos a alguns outros estudos que nos auxiliaram na investigação

⁶ Vale mencionar que o termo *esclarecimento* foi adotado com base em uma das categorias semânticas do eixo tático da expansão por elaboração, segundo Halliday (2004). Sendo assim, é uma das classes semânticas da função *elaboração*, da qual trataremos mais profundamente na próxima seção.

desses dados, como os de Sweetser (1990) sobre os domínios linguísticos da conexão e os de Narrog (2005) sobre a noção de modalidade e factualidade. Ao todo, analisamos 150 ocorrências extraídas do *Corpus Portuguese Web*, da plataforma *Sketch Engine*, por meio do emprego de análise mista (Lacerda, 2016).

Para esse fim, organizamos este texto em quatro partes. Além desta introdução, há: *Revisão de literatura; Aspectos teóricos e metodológicos; Resultados*. Fecham o texto as *Considerações finais*, seguidas das *Referências*.

Revisão de literatura

Nesta seção, apresentamos três estudos que são caros à nossa investigação: a) as investigações de Marques e Pezatti (2015), de base funcionalista, que apresentam generalizações sobre a relação conclusiva na língua portuguesa; b) a categoria do eixo tático lógico-semântico da expansão por elaboração, conforme proposta por Halliday (2004); c) os estudos de Narrog (2005) sobre os conceitos de modalidade e factualidade.

Segundo Marques e Pezatti (2015), a relação conclusiva na língua portuguesa pode apresentar três funções: conclusão, consequência e resumo. Na conclusão, há um raciocínio inferencial lógico, em que uma conclusão é derivada de duas premissas, uma explícita e outra elidida. Como ilustração, segue uma ocorrência das autoras (Marques; Pezatti, 2015, p. 66):

(e) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool.

Em (e), a premissa explícita é a expressa em D1 – *João é muçulmano*; a elidida parte do conhecimento enciclopédico do falante, a saber, que muçulmanos não bebem álcool. Dessa relação, emerge uma síntese lógica (uma conclusão), que é a que está expressa em D2. Assim como nós, Marques e Pezatti (2015) associam os valores conclusivos ao domínio epistêmico, conforme podemos observar na seguinte passagem:

Efetivamente, nas construções conclusivas desse tipo, há uma relação que opera no nível do domínio epistêmico (Sweetser, 1990), sendo a conclusão assinalada pelo conector uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com uma expressa, em que a primeira premissa constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão (Marques; Pezatti, 2015, p. 66).

Cabe mencionar que o valor semântico da conclusão mantém relação estreita com o campo da lógica argumentativa, mais especificamente com o silogismo, tal qual no famoso exemplo: *Todo homem é mortal. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal*. A diferença formal reside na inexistência da segunda premissa, que é apenas inferida. Além disso, há possíveis distinções discursivo-pragmáticas, haja vista que a conclusão nem sempre

(diríamos que quase nunca, na verdade) é o resultado de uma relação necessariamente verdadeira. Como ilustração, podemos recorrer à ocorrência (e) mais uma vez. É perfeitamente possível a existência de um muçulmano que, a despeito das regras religiosas, faça a ingestão de bebida alcoólica. Sendo assim, a relação expressa na conclusão é o resultado de uma inferência provável, mas não necessariamente verdadeira. Inclusive, muitas vezes essa relação estabelecida pelo falante entre dois segmentos discursivos está mais a serviço da argumentação do que da lógica propriamente dita.

No que diz respeito à consequência, Marques e Pezatti (2015, p. 61) afirmam que a relação implicativa entre P e Q (isto é, entre D1 e D2) “é direta, já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial”. Como ilustração, segue uma ocorrência das autoras:

(f) eh distribuo o salário assim... em termos... o meu apartamento é próprio...
portanto eu não pago aluguel (PB falado – D2-RJ-355:8)
(Marques; Pezatti, 2015, p. 61).

Segundo Marques e Pezatti (2015, p. 61), em (f), há uma relação de consequência porque o falante “estabelece diretamente a relação de implicação entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial que faça a mediação entre a premissa explícita e o consequente”. Sendo assim, há uma relação direta e explícita entre o “apartamento ser próprio” e “não pagar aluguel”.

Embora as autoras não entrem nessa seara, entendemos ser possível relacionar esse valor semântico ao domínio do conteúdo, segundo Sweetser (1990), uma vez que a informação emitida em D2 é um evento concreto do mundo, e não uma inferência lógica, derivada de premissas. Falaremos mais desse aspecto mais adiante, na próxima seção.

Por fim, as autoras apresentam a função resumo, cujas ocorrências são todas extraídas de sequências dialogais. Segue uma das ocorrências, como ilustração (Marques; Pezatti, 2015, p. 76):

(g) A: eh, saudades. nostalgia dos anos cinquenta, não sei. porque a gente nova também está, está a voltar muito ao, a essa época.
B: pois
A: eu tenho dois filhos jo. vens e eles ouvem música que nós ouvíamos.
B: pois. um certo romantismo, talvez
A: romantismo também, sim.
B: em contraste com, com um certo, uma certa crueza que há agora.
A: com a agressividade que há. sim.
B: pois. e então as pessoas voltam-se um pouco
A: voltam mais para o ... para o romântico. mais calma, mais tranquilidade
B: **então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é? (PT95:SaberVender)

Em (g), *então* atua como um introdutor de paráfrases, mais especificamente, representa uma marca de fechamento do tópico, em que se sumarizam as informações discutidas. No entanto, como não encontramos esse tipo de função em nossos dados – que não envolvem sequências dialogais –, não trataremos dela em nossa análise.

Antes de passar para o próximo tópico, cabe esclarecer que as autoras reconhecem a existência de uma outra função, a de *esclarecimento*, que fez parte da investigação de mestrado de Marques (2001) sobre o *portanto*⁷. Nesses usos, “não há conclusão, mas uma reformulação que tem a finalidade de garantir a intercompreensão, seja esclarecendo o sentido ou direcionando a compreensão de um termo segundo suas intenções interacionais” (Marques; Pezatti, 2015, p. 28). Apesar de identificarem esses usos, as autoras esclarecem que eles não serão explorados em seu texto.

Não sabemos por que motivo as autoras desconsideraram essa função. Talvez, a decisão esteja associada ao baixo número de ocorrências no *corpus* ou, ainda, ao fato de o valor semântico *esclarecimento* ser incomum na literatura e, por isso mesmo, mais espinhoso. Contudo, uma vez que esse é um valor semântico muito frequente nos nossos dados – na verdade, o mais frequente –, buscamos dar um tratamento a ele.

Inicialmente, quando começamos a descrever esses usos, empregamos o nome *explicação*, mas o termo não soou adequado, pois criava uma certa confusão com as conjunções coordenativas explicativas do português. Como vimos anteriormente, na apreciação das ocorrências (c) e (d), as conjunções explicativas e conclusivas apresentam as informações em direções opostas – *desligue o ar-condicionado porque está frio* (explicação); *está frio, por isso desligue o ar-condicionado* (esclarecimento).

Para adotar o termo *esclarecimento*, partimos não apenas dos estudos de Marques (2001), mas de uma das categorias semânticas do eixo tático lógico-semântico da expansão de Halliday (2004): o da elaboração, que pode ser entendido como um macrodomínio semântico. Segundo o estudioso, a elaboração pode ser estabelecida por exposição, exemplificação e esclarecimento. A exposição ocorre quando a segunda cláusula reafirma a tese da primeira, o que pode ser feito para apresentá-la por outra perspectiva ou para reforçá-la. A exemplificação acontece quando a segunda cláusula desenvolve a tese da primeira, frequentemente com a citação de exemplos. O esclarecimento, por sua vez, ocorre quando a segunda cláusula é utilizada para esclarecer a tese veiculada na primeira, oferecendo alguma forma de explicação ou comentário explicativo.

Vejamos, a seguir, uma ocorrência para cada um desses usos retirados de Lopes e Rabello (2022):

⁷ Trata-se do trabalho que citamos na introdução deste texto, por meio da descrição da ocorrência (a).

- (02) A ANP discorda do Ibama sobre a aplicação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, para o descarte de cascalhos. Segundo a agência, o assunto deve ter critérios estabelecidos pela Lei do Óleo. A AGU concordou com essa visão, mas deu ao Ibama a liberdade de definir qual, afinal, serão as normas usadas. O órgão ambiental, porém, continua sem definir o assunto. O Ibama declarou que “já adotava critério para descarte” antes da norma de 2018 e, **por isso**, a ausência de regra “não representa a falta de controle ambiental”.
- (03) Segundo a analista do IBGE, Denise Guichard, houve uma redução considerável no número de empresas e postos de trabalho, e a recuperação segue lenta. “Está difícil para as empresas se estabelecerem e gerarem empregos. **Por isso**, tanto em número de empresas como em pessoal assalariado, estamos em um patamar do início da década passada”, observa.
- (04) Segundo o tenente Pedro Reis, são observados todos os aspectos legais quanto ao tema, incluindo a parte de regulação, que envolve órgãos como ANATEL, ANAC e Força Aérea. “A segurança do voo é um fator muito importante. **Por isso**, dedicamos uma semana inteira para o treinamento. Nosso objetivo é buscar sempre o aperfeiçoamento, tendo em vista a melhora do serviço para a população”, conta Reis.

O esclarecimento, segundo Halliday (2004), é definido como uma espécie de explicação sobre o conteúdo veiculado na primeira cláusula; no nosso caso, em D1. Mais especificamente, esse valor semântico está expresso em (02), cuja D2 busca esclarecer o motivo por que não há definição de regras para o descarte de cascalhos. A relação entre as relações causais e explicativas no português já é tema recorrente na literatura. As gramáticas tradicionais, por exemplo, frequentemente elencam conjunções comuns às duas funções ou definições gerais que não apresentam critérios distintivos entre as relações. Então, a existência de um uso causal com traços explicativos é uma possibilidade viável.

Revisitando a proposta apresentada em Lopes e Silva (2022; 2023) e em Lopes e Rabello (2022), compreendemos que as categorias de Halliday (2004) precisam ser adaptadas aos dados. Os de [por isso] demonstram um uso em que o conector é utilizado para elaborar o segmento discursivo anterior e, enquanto faz isso, apresenta uma informação que explica a informação do segmento anterior. Nesse sentido, temos uma função similar ao que Halliday (2004) descreve como esclarecimento, em que o falante introduz um comentário explicativo ou alguma forma de explicação sobre a asserção anterior. Dessa forma, optamos por manter apenas o termo esclarecimento.

O termo *esclarecimento* parece-nos mais adequado do que *explicação*, para que não haja sobreposição com o que entendemos por conjunção explicativa, que apresenta relações opostas entre D1 e D2 quando comparadas com estes usos nas conjunções conclusivas, como é o caso de *por isso*. No entanto, verificamos que o esclarecimento pode ocorrer de diferentes formas, apresentando funções similares ao que Halliday (2004) descreve como exposição e exemplificação.

A exposição, segundo o autor, atua como uma reafirmação, um reforço ou, ainda, apresentação de uma nova perspectiva sobre D1, de maneira parafrástica. É o que ocorre em (03), em que o conteúdo em D2 converge para o reforço das informações em D1, mas incluindo uma nova informação: de que esses dados se comparam ao patamar do início da década passada. A exemplificação, por sua vez, ocorre em (04), em que D2 especifica a informação em D1, normalmente recorrendo a exemplos reais. Nesse caso, a D2 “por isso dedicamos uma semana inteira para o treinamento” serve como exemplo da importância do tempo dedicado ao treinamento.

Passemos, agora, para o último tópico: os conceitos de modalidade e factualidade, uma vez que são conceitos operacionalizáveis para a distinção das funções de *por isso*, conforme veremos na próxima seção. Segundo Narrog (2005), a modalidade se opõe à factualidade. A primeira diz respeito ao domínio do pensamento; a segunda, ao domínio dos fatos. Como ilustração, o autor apresenta os seguintes exemplos (2005, p. 182):

- (h) Maria está em casa agora.
- (i) Maria pode estar em casa agora.

Como podemos notar, a primeira sentença é apresentada como uma situação concreta, real e válida para o tempo a que se refere, ao passo que a segunda é uma informação hipotética, pertencente ao domínio do pensamento. As duas sentenças servem para ilustrar a diferença do conteúdo factual (h) do não factual ou modal (i). Logo, modalidade e factualidade são dois conceitos dicotômicos, sendo um caracterizado pela ausência do outro. Por isso, diz Narrog (2005, p. 182): “a expressão de um estado de coisas é modalizada se este for marcado como indeterminado com respeito ao seu *status* factual, isto é, nem positiva nem negativamente factual”⁸.

O estudioso chama a atenção para mais dois fatos: a) não se deve confundir factualidade com o “mundo real”, pois a factualidade é um modo de expressão linguística, e não um modo de ser no mundo; b) também não se deve confundir a noção de modalidade (ou de não factualidade) com a factualidade negativa. A sentença “Maria não está em casa agora”, por exemplo, ainda é factual.

Aspectos teóricos e metodológicos

A presente pesquisa baseia-se nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso – ou LFCU – (Rosário, 2022), que representa um diálogo entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística Cognitiva, em especial, a abordagem

⁸ No original: “The expression of a state of affairs is modalized if it is marked for being undetermined with respect to its factual status, i. e., is neither positively nor negatively factual”.

construcional da gramática. Para essa vertente, a língua é constituída de um inventário de construções – isto é, pareamentos de forma e significado (Goldberg, 1995; Croft, 2001; Diessel, 2019), conectadas entre si por diferentes relações: simbólicas, taxonômicas, construcionais (ou horizontais) etc.

Para o estudo de dados sincrônicos, um dos objetivos da LFCU é descrever as propriedades da forma (em termos de fonologia e morfossintaxe) e do significado (em termos de semântica, pragmática e discurso). Trata-se, portanto, de uma perspectiva holística de análise linguística, que visa captar todos os fatores que constituem e motivam as estruturas linguísticas.

O conceito de construção é bastante caro para a investigação de *por isso*, uma vez que seus usos são caracterizados não pelo item isoladamente, mas pela relação estabelecida entre o conector e seus respectivos segmentos discursivos. Por essa razão, representamos as nossas construções, a partir da agora, da seguinte forma [D1 *por isso* D2]_{consequência}, [D1 *por isso* D2]_{conclusão} e [D1 *por isso* D2]_{elaboração}.

No intuito de atender aos objetivos desta pesquisa, recorreremos a 150 ocorrências aleatórias da variedade brasileira do português extraídas do *Corpus Portuguese Web 2020* (ptTenTen20), da plataforma *Sketch Engine*⁹. Trata-se de um *corpus* de 12 bilhões de palavras, com dados de diferentes variedades do português, coletados entre o período de junho e novembro de 2020. O *corpus* permite filtrar as ocorrências por diferentes aspectos, como variedade, gênero, assunto etc. Não obstante, não utilizamos nenhum outro filtro além da especificação da variedade brasileira, pois intentamos captar os possíveis usos em diferentes gêneros discursivos e sequências tipológicas.

As análises foram realizadas por meio do emprego do método misto, que se caracteriza pelo “equacionamento entre a metodologia qualitativa e quantitativa” (Lacerda, 2016, p. 85). Quanto ao método qualitativo, visamos empregar a perspectiva abductiva de investigação (Givón, 1995), que associa o raciocínio indutivo e o dedutivo na interpretação dos fenômenos. Quanto ao método quantitativo, buscamos chegar a generalizações dos usos de *por isso*, a partir da identificação das propriedades recorrentes e necessárias de cada uma das funções assumidas pelo conector em seus mais diversos usos.

Os fatores de análise utilizados foram os seguintes:

- a) Classificação dos domínios a que pertencem D1 e D2;
- b) Classificação do tipo de conteúdo, se factual ou não factual, em D1 e D2;
- c) Identificação da presença ou não de sucessão temporal entre eventos em D1 e D2;
- d) Classificação da função do conector;

⁹ Disponível em: <http://sketchengine.eu>. Acesso em: 25 mai. 2024.

- e) Reconhecimento da sequência tipológica em que o conector ocorre;
- f) Identificação de zonas de interseção categorial, com foco na descrição de usos mais e menos prototípicos de cada função.

Resultados

Como apontado anteriormente, defendemos a correspondência das funções do conector [por isso] aos domínios da causalidade de Sweetser (1990). Nesse sentido, a relação de consequência apresenta duas unidades discursivas situadas no domínio do conteúdo que são organizadas temporalmente em uma relação consecutiva, situada também no domínio do conteúdo. De modo similar, a conclusão, por padrão, apresenta duas unidades discursivas situadas no domínio epistêmico que, juntas, resultam em uma relação conclusiva também situada no domínio epistêmico. A elaboração, por analogia, deveria apresentar duas unidades discursivas no domínio interacional¹⁰ que resultam em uma relação de esclarecimento.

Para verificar isso, guiamo-nos pelos fatores de análise descritos na seção anterior. Assim, observemos o quantitativo dos resultados para o primeiro fator.

Tabela 1 – Distribuição de domínios linguísticos em [por isso]

Função	Primeira unidade discursiva		Segunda Unidade discursiva			Total por função
	Conteúdo	Epistêmico	Conteúdo	Epistêmico	Interacional	
Consequência	9	-	9	-	-	9
Conclusão	32	31	-	63	-	63
Elaboração	38	40	62	-	16	78
Total por domínio	79	71	71	63	16	150 ocorrências

Fonte: Elaboração própria.

A correspondência da função de consequência ao domínio do conteúdo foi comprovada nos dados, pois os dois segmentos das 9 ocorrências de consequência estão situados no domínio do conteúdo. Assim, as informações que constituem a D1 e a D2 são de caráter factual, são eventos ou fatos já conhecidos pelo enunciador. Uma vez que a consequência pressupõe uma causa e esta é necessariamente anterior à consequência, definimos que, dentro desta categoria, D1 e D2 precisam trazer conteúdo factual e estar relacionados entre si como uma sucessão de eventos, de modo que o primeiro, em D1, seja anterior ao segundo, em D2. Vejamos duas ocorrências:

(05) Ninguém a notava, a não ser Dulce que desde que entrou no colégio não desgrudava da loira e **por isso** tornaram-se melhores amigas.

¹⁰ Em nossa análise, assim como Floret (2022), substituímos a expressão domínio dos atos de fala por domínio interacional.

(06) Mariana perdeu os pais muito cedo. **Por isso** foi morar com sua tia e seu primo, Juan Pedro.

Em (05) e (06), temos o uso mais prototípico da consequência. Trata-se de dois enunciados em sequência narrativa, que têm como uma de suas características mais básicas a progressão temporal. Podemos observar que os eventos expressos em D1 são a causa de D2 (seu consequente, portanto) e mantêm entre si uma relação temporal de anterioridade e posterioridade. Paralelamente, notamos que as informações veiculadas nesses segmentos discursivos também são da ordem da factualidade.

A consequência também pode ser expressa em sequências expositivas, embora de maneira menos frequente que os dois outros valores semânticos. Nesse caso, a relação temporal entre D1 e D2 é menos transparente (mas não deixa de existir), em decorrência do fato de o texto dissertativo, em sua gênese, constituir-se como um texto atemporal, com emprego predominante do presente do indicativo. É o que podemos observar em (07), em que podemos interpretar a oferta de uma terceira edição do evento como uma consequência do sucesso das sessões anteriores:

(07) As sessões da observação virtual do céu são sucesso. **Por isso** o Observatório Nacional promove a terceira edição do evento “O céu em sua casa: observação remota”.

A conclusão, por sua vez, pode se desenvolver no domínio epistêmico como previmos. É o que acontece em 31 ocorrências de [por isso] na função conclusiva, nelas o conector vincula dois segmentos discursivos situados no domínio epistêmico. Vejamos uma ocorrência.

(08) Resumo: o espaço é bem de toda a humanidade, **por isso** deve ser protegido.

Em (08), temos um uso prototípico dessa função, em que *por isso* ocorre em uma sequência argumentativa e é resultado de um silogismo lógico, em que duas premissas (uma explícita e outra inferida) levam a uma síntese. Isto é, *se o espaço é bem de toda a humanidade* (premissa explícita) e *a humanidade deve desfrutar de seus bens* (premissa inferida), logo *deve ser protegido* (síntese). Como podemos notar, não há relação temporalmente situada entre D1 e D2, mas a D2 traz um conteúdo claramente modalizado (não factual), que é o verbo modal epistêmico *dever*, que imprime no enunciado uma perspectiva do falante. Nesse sentido, a função de conclusão evoca, necessariamente, a noção de modalidade (isto é, não factualidade) em D2. Uma vez que ela parte de um raciocínio dedutivo (resultante da interação de duas premissas, uma explícita e outra inferida, como

vimos na seção anterior), envolve operações lógicas entre D1 e D2, e não eventos temporalmente situados.

Não obstante esse dado, vale ressaltar, como dissemos na seção anterior, que muitas conclusões não representam uma derivação de um silogismo necessariamente lógico, mas servem como uma estratégia argumentativa para o mesmo fim. É o que observamos em (09):

(09) Quebre a rotina com pequenos prazeres. Trabalhar em casa pode exigir tanto quanto ou mais de nós. **Por isso**, é fundamental criarmos uma rotina que nos ajude a organizar os horários destinados ao trabalho, afazeres.

A ocorrência (09) também se situa em sequência argumentativa, apresenta conteúdo não factual em D2 – adjetivo avaliativo *fundamental* – e os dois segmentos discursivos não estão temporalmente encadeados. Diferentemente de (08), no entanto, a conclusão representa mais uma estratégia argumentativa do falante. Inclusive, trata-se de uma relação problema (D1) e solução (D2), em que a premissa implícita será sempre a presunção de um problema que precisa ser resolvido. Mantemos esse tipo de relação dentro da função conclusão devido ao valor epistêmico expresso em D2.

Dados como esse demonstram, como já advoga a perspectiva funcionalista, que as categorias não são discretas e, por esse motivo, há zonas de interseção categorial. Entendemos, no entanto, a relação do tipo problema-solução como um subtipo da conclusão, e não da consequência, por sua função discursiva: a consequência está ligada à narração e à exposição (isto é, à ação de informar), ao passo que a conclusão e a solução, à argumentação (isto é, à ação de persuadir).

A interseção categorial entre os domínios fica evidente também nas 32 ocorrências em que a função de conclusão apresenta a primeira unidade discursiva situada no domínio do conteúdo. Como vimos na Tabela 1, a D2 conclusiva é sempre de caráter epistêmico, como é o esperado para essa função que demanda um raciocínio lógico por parte do falante. No entanto, esse raciocínio nem sempre parte do conhecimento próprio do falante, podendo ser um fato comum. Observemos a ocorrência (10) como exemplo.

(10) Mas você já ouviu falar da Doença Renal Crônica (DRC)? Trata-se de uma disfunção relacionada aos rins, que pode ser grave e até causar a falência do órgão.
Frequentemente, a doença não possui sintomas e é diagnosticada por exame de sangue. **Por isso**, é necessário fazer um acompanhamento médico regular para verificação dos níveis de creatinina, colesterol e glicose no sangue, principalmente, em casos de diabéticos e hipertensos.

Em (10), situada em uma sequência argumentativa, observamos que a D1 apresenta uma característica da Doença Renal Crônica, sua capacidade de não apresentar sintomas. A

D2 utiliza, então, essa característica factual da doença para direcionar a argumentação à necessidade de fazer acompanhamento médico. Mais do que apenas informar sobre a doença, a sequência tem o propósito de persuadir o leitor a cuidar da saúde e, posteriormente, direcionar o leitor para um ambulatório específico – como fica evidente no contexto mais amplo da ocorrência. Assim, o falante parte de uma informação factual, situada no domínio do conteúdo, para fundamentar sua conclusão.

A elaboração também transparece a interseção categorial presente no domínio da causalidade. Os dados de [por isso] na função elaborativa demonstram que ela pode envolver outros domínios. Na D1, observamos que a função de elaboração pode invocar informações dos domínios epistêmico e do conteúdo. Já na D2 a função pode atuar no domínio do conteúdo e no domínio interacional. Vejamos duas ocorrências.

(11) Informamos que a mudança do Instituto de Biologia do Campus do Valonguinho para o Bloco M, no Campus do Gragoatá, ocorrerá no período de 09/03/2020 até o dia 20/03, incluindo os dias 14 e 15 (sábado e domingo).

Por isso, solicitamos que seja amplamente divulgado para as unidades acadêmicas que funcionam no Valonguinho, que não poderão estacionar seus veículos nas ruas deste campus, na frente do prédio da Física Velha e nas vagas de estacionamento que ficam em frente ao Instituto de Química, entre a Cantina do Luiz e container localizado bem na entrada principal da Química.

(12) Somente juntos teremos força para enfrentar este enorme desafio e, **por isso** queremos agradecer a todos vocês, que continuam se dedicando, que não medem esforços para fazer o que precisa ser feito.

Em (11), temos uma sequência injuntiva. Nela, a elaboração é utilizada para fazer uma solicitação que, na verdade, caracteriza uma instrução. A D2 apresenta um ato de fala diretivo ao solicitar que a divulgação da proibição de estacionar no campus Valonguinho. Assim, não há dúvida de que a relação entre as unidades discursivas se estabelece no domínio interacional. No entanto, a D1 apresenta um fato "a mudança do Instituto de Biologia do Campus do Valonguinho para o Bloco M, no Campus do Gragoatá" no período entre os dias 09/03/2020 e 20/03/2020. Com base nisso, verificamos que há uma interseção entre os domínios, pois a relação tem início no domínio do conteúdo para executar um ato de fala.

A ocorrência (12), que constitui uma sequência expositiva – tipo predominante nas relações de elaboração –, desenvolve uma estratégia similar para realizar o ato de fala. A D1 apresenta uma informação de cunho epistêmico, em que o falante acredita que a união é a forma de vencer o desafio. A D2 expressa um ato de fala diretivo, performativo, em que o falante manifesta a intenção de agradecer enquanto realmente agradece. Relações como essas, em que a D2 está situada no domínio interacional, ocorrem em 16 ocorrências de

elaboração. As outras 62 ocorrências de elaboração apresentam a D2 no domínio do conteúdo. Vejamos dois exemplos.

(13) Atualmente, já foram descobertos mais de 3.600 planetas extrassolares ou exoplanetas – planetas que orbitam outras estrelas que não o Sol. O estudo destes planetas é importante para a ciência, pois fornece informações sobre como foram formados a Terra e o Sistema Solar, e também porque em alguns deles pode haver condições para a existência de vida. **Por isso**, os astrônomos tentam encontrar exoplanetas, com atmosfera, tamanho e massa semelhantes aos da Terra e que estejam na “zona habitável” da estrela hospedeira – o intervalo de distância entre a estrela e o planeta onde a temperatura na superfície do planeta permite manter água em estado líquido.

(14) Em meados do século 18, galáxias já eram observadas como formas difusas nos telescópios da época, e **por isso** eram chamadas de nebulosas.

Nas ocorrências de elaboração com D2 situada no domínio do conteúdo, interpretamos que há um resultado factual ou uma referência a algo do mundo real. Nesse sentido, a elaboração se dá pela relação entre os segmentos discursivos e não necessariamente no conteúdo da D2. Na sequência expositiva presente em (13), a D1 apresenta uma generalização de caráter epistêmico sobre o trabalho dos astrônomos, cujo conteúdo é modalizado pela presença do *pode*. A D2, então, apresenta uma justificativa para o conteúdo anterior, esclarecendo o que foi dito. A justificativa é uma informação factual situada no domínio do conteúdo, porque os astrônomos realmente tentam encontrar exoplanetas no mundo real.

De modo similar, a sequência também expositiva apresentada em (14) recorre a um conteúdo factual nos dois segmentos discursivos. A D1 informa que galáxias são observadas como formas difusas desde o século 18, informação factual, e a D2 informa que eram denominadas nebulosas, informação também factual. Os segmentos, portanto, estão situados no domínio do conteúdo e o valor de elaboração se dá pela interação entre as unidades discursivas. Na ocorrência, temos esclarecimento quando a D2 é utilizada para adicionar um comentário explicativo sobre a D1.

A existência de duas unidades discursivas de conteúdo ocorre, como vimos, na consequência. Entretanto, ao contrário da consequência, a relação entre os dois segmentos discursivos da elaboração não é temporalmente situada. Em (05), (06) e (07), verificamos como os eventos estão temporalmente relacionados, em que a realização do segundo dependia da realização do primeiro. Nas ocorrências de esclarecimento, no entanto, não há a mesma temporalidade. Em (13), a busca por planetas exoplanetas (fato da D2) não depende da importância dos fatos expostos na D1. O mesmo ocorre em (14), em que o nome *nebulosas* (informação da D2) não é colocado como uma consequência da informação da D1.

Logicamente, reconhecemos que há relação entre os fatos nos casos de esclarecimento, a ocorrência de um fato está relacionada a ocorrência de outro. No entanto, essa relação é natural a todos os valores presentes dentro do domínio da causalidade. O esclarecimento difere da consequência, em essência, por não explicitar a mesma ordenação temporal entre os segmentos discursivos. Na D2, temos uma situação que pode ser representada pela Figura 1.

Figura 1 - Temporalidade no segundo segmento discursivo



Fonte: elaboração própria.

A figura traz uma representação em forma de árvore de decisões¹¹ para demonstrar que as funções conclusivas diferem, estritamente, na forma como o falante decide vincular o segundo segmento discursivo. Quando o falante vincula uma informação de caráter modal e não temporal no segundo segmento, temos relações de conclusão situadas no domínio epistêmico. Quando o falante vincula informação de caráter factual e não temporal no segundo segmento, temos relações de elaboração que podem estar situadas no domínio interacional ou do conteúdo. Por fim, quando o falante vincula informação de caráter factual e temporalmente anterior a informação da D1, temos relações de consequência situadas no domínio do conteúdo.

Em síntese, entendemos que as três funções que exploramos nesta seção possam ser distintas entre si por meio da aplicação de três fatores, indicados na Tabela 2.

Tabela 2 - Fatores observáveis nas funções de consequência, conclusão e elaboração

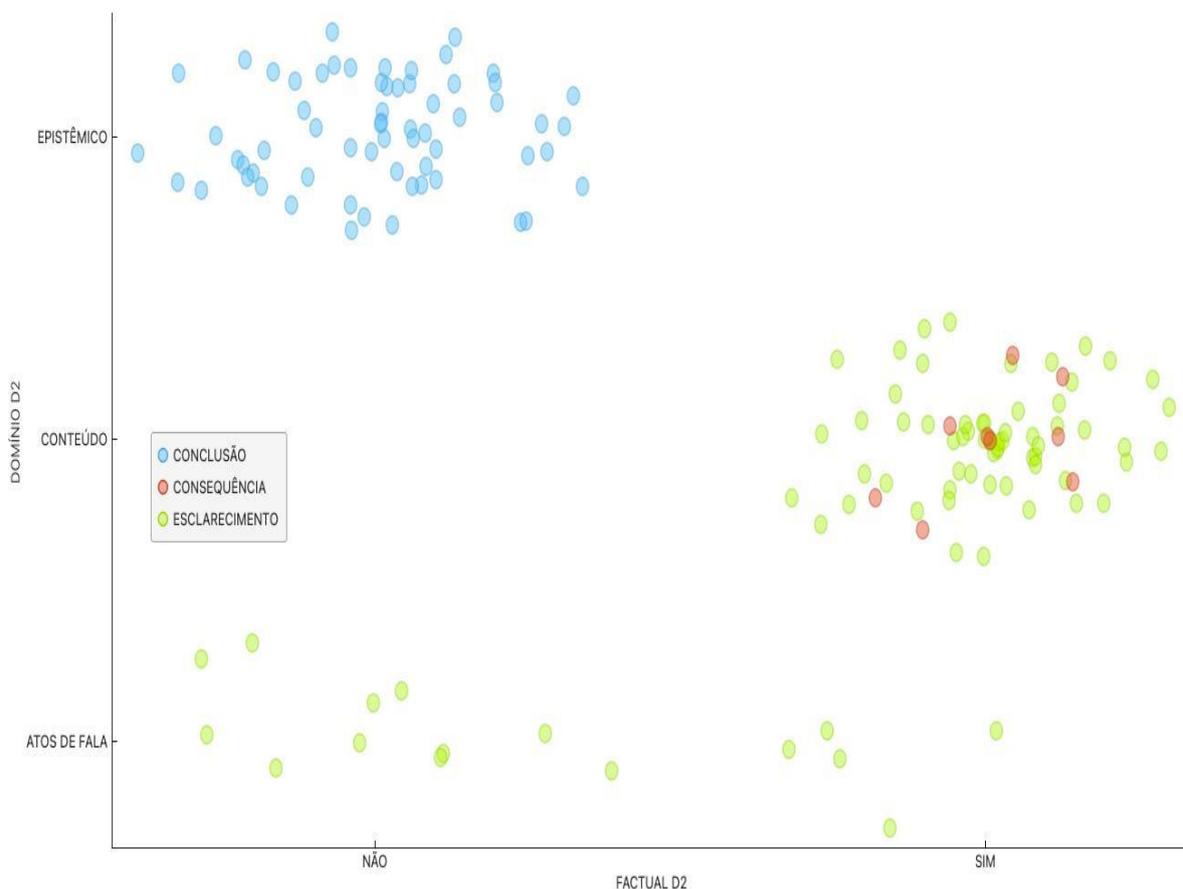
	Domínio em D2	Factualidade em D2	Sucessão temporal entre D1 e D2
Consequência	Conteúdo	Factual	Sim
Conclusão	Epistêmico	Não factual	Não
Elaboração	Interacional ou Conteúdo	Factual	Não

Fonte: elaboração própria.

¹¹ A árvore de decisão é uma medida estatística de regressão condicional (cf. Hothorn; Hornik; Zeileis, 2006). Essa representação foi gerada no software *Orange Canvas*.

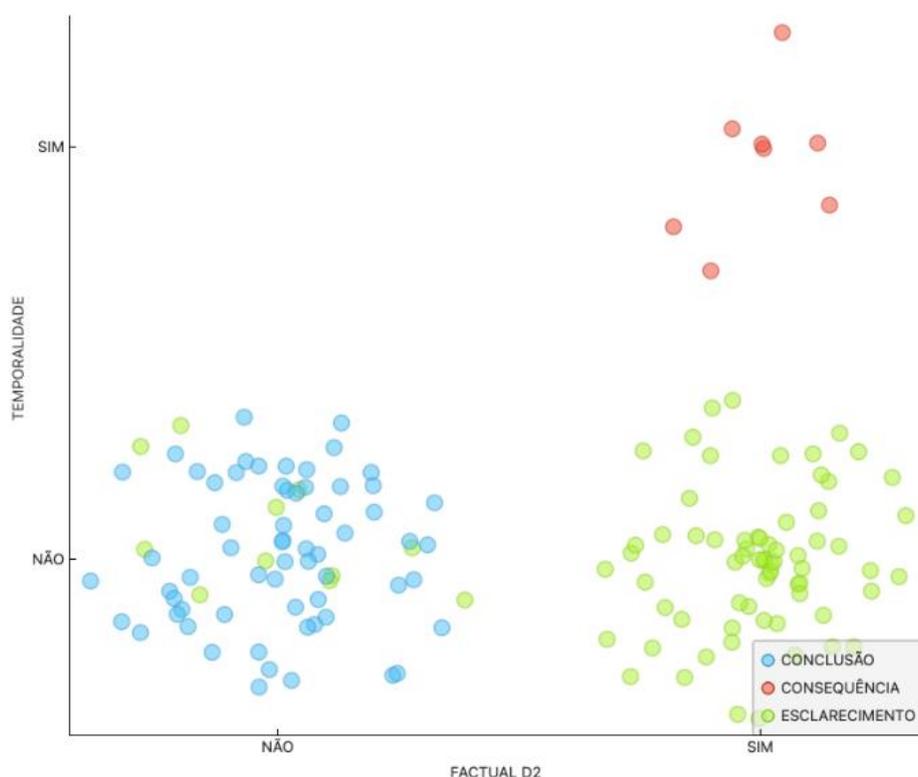
De acordo com os dados, a conclusão é a função menos factual e que não apresenta temporalidade entre os segmentos discursivos. No meio do caminho, verificamos a função de esclarecimento, que ora apresenta conteúdo factual na D2, ora não apresenta, e não apresenta temporalidade entre os segmentos discursivos. A consequência, por sua vez, é a função mais factual, apresentando sempre conteúdo factual nas duas unidades discursivas. Com base nisso, podemos verificar que as funções se relacionam e distinguem em função, principalmente, da factualidade e da temporalidade, como representado abaixo.

Gráfico 1 - Gráfico de factualidade em [por isso]



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 - Gráfico de temporalidade em [por isso]



Fonte: elaboração própria.

Os gráficos de dispersão¹² sintetizam o que exploramos ao longo desta seção. Com essa representação, observamos como a função de consequência se comporta de modo mais consistente nas ocorrências de [por isso]. Em relação à factualidade, ela sempre apresenta conteúdo factual na D2 e, em relação à temporalidade, os segmentos estão sempre organizados em sequência temporal. Assim, interpretamos que a consequência e o domínio do conteúdo são os mais concretos dentro do domínio linguístico da causalidade. Portanto, o domínio do conteúdo e a consequência são os que mais preservam a noção de causalidade, apresentando uma efetiva relação de causa e efeito/consequência.

A função de conclusão também apresenta comportamento uniforme nas ocorrências. No fator factualidade, a D2 apresenta sempre conteúdo não factual, logo, modal (Cf. Narrog, 2005), e, no fator temporalidade, nunca há ordenação temporal entre as unidades discursivas. O domínio epistêmico e a conclusão são tidos, então, como os mais abstratos dentro da causalidade, pois apresenta uma relação de argumento e conclusão. O esclarecimento, no entanto, apresenta um comportamento maleável que é tido como reflexo da gradiência existente no domínio da causalidade.

¹² Gráficos de dispersão gerados no software *Orange Canvas*.

Na proposta original de Sweetser (1990), a autora aponta que a distinção entre os domínios do conteúdo e epistêmico é complexa, sendo, muitas vezes, guiada pela orientação pragmática do analista. O apontamento da autora é exemplificado em (07), ocorrência de consequência em que a relação temporal entre D1 e D2 é mais opaca. A autora, no entanto, não estende a mesma ambiguidade ao domínio interacional, pois argumenta que os contextos em que há domínio interacional são mais facilmente distinguíveis do que os em que há domínio epistêmico ou do conteúdo.

Tomando essa ambiguidade como uma possibilidade para a existência de dados gradientes entre os domínios, verificamos em [por isso] uma próspera oportunidade de verificar essa ambiguidade também no domínio interacional. Os dados demonstram que o esclarecimento, no fator factualidade, pode apresentar informação factual ou não factual da D2. No fator temporalidade, a função nunca apresenta relação temporal entre os segmentos discursivos. Com isso, verificamos que o esclarecimento compartilha traço de factualidade com a consequência e traço de não temporalidade com a conclusão.

O esclarecimento, nesse sentido, situa-se no meio de um *continuum* entre os domínios da causalidade. Assim, ao passo que temos ocorrências não temporais e não factuais (como na conclusão), exercidas no domínio interacional, temos também ocorrências factuais (como na consequência) e não temporais, exercidas no domínio do conteúdo. Cabe frisar que, com isso, não queremos dizer que os três fatores da Tabela 2, sozinhos, sejam suficientes para descrever essas funções em sua plenitude, mas, sim, que eles nos auxiliam a estabelecer limites menos subjetivos para sua identificação e classificação.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos descrever as relações conclusivas desenvolvidas pelo conector complexo [por isso] em língua portuguesa. A construção, já definida como um conector conclusivo (supra)oracional (Cf. Lopes; Rabello, 2022), vincula diferentes valores semântico-pragmáticos de conclusão.

A partir do método misto, analisamos 150 ocorrências de [por isso]. Os dados comprovaram que as funções exercidas pelo conector se organizam em correspondência aos domínios da causalidade estabelecidos em Sweetser (1990). Nesse sentido, temos o domínio do conteúdo nas relações de consequência estabelecidas pelo conector, o domínio epistêmico nas relações de conclusão e o domínio interacional nas relações de elaboração. Com base nisso, exploramos as funções conclusivas do conector para identificar a presença ou ausência de sucessão temporal entre os segmentos discursivos por ele vinculados e presença de conteúdo factual ou não factual no segundo segmento.

Assim, elencamos três fatores principais para distinguir as funções: o tipo de domínio presente no segundo segmento discursivo; a presença de conteúdo factual ou não factual

nesse segundo segmento; e a sucessão temporal entre os segmentos da ocorrência. Os resultados demonstraram que, para o primeiro fator, há um comportamento estável nas relações de consequência e conclusão. Assim, o falante recorre sempre a informações do domínio do conteúdo para estabelecer conexão consecutiva e a informações do domínio epistêmico para estabelecer conexão conclusiva. Entretanto, os dados também evidenciaram que a elaboração é uma função mais maleável, pois o falante pode recorrer a informações do domínio interacional (atos de fala), mas também a informações do domínio do conteúdo.

A mesma estabilidade nas relações de conclusão e consequência foi percebida durante a análise dos dois outros fatores. Os dados indicam que a conclusão não vincula conteúdo factual em seu segundo segmento discursivo e não apresenta temporalidade na organização entre os segmentos. A consequência, por sua vez, sempre apresenta conteúdo factual em sua D2 e exibe temporalidade entre os segmentos discursivos. Em posição intermediária, a elaboração apresenta conteúdo factual em sua D2, mas não exibe temporalidade entre os segmentos.

Por fim, os dados apontam para uma gradiência de domínios nas relações conclusivas. Exceto a função de consequência, as relações mobilizam informações de outros domínios ao estabelecer ligação entre os segmentos. A conclusão, por exemplo, pode mobilizar informações não apenas do domínio epistêmico, como também do domínio do conteúdo. A elaboração, demonstrando ainda mais gradiência, pode recorrer a informações de todos os três domínios. Dessa forma, concluímos que, embora cada relação corresponda a um domínio dentro da causalidade, o uso efetivo da construção conclusiva [por isso] permite interseção entre os domínios da causalidade.

Referências

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CROFT, W. **Radical Construction Grammar**. New York: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- DIESSEL, H. **The Grammar Network**. How linguistic structure is shaped by language use. New York: Cambridge University Press, 2019.
- FLORET, M. F. **A trajetória das construções conclusivas com *portanto*, *por isso*, *logo e então***. 2022. 155 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions**: a construction approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. Londres: Arnold, 2004.

HILGERT, J.G. As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. **Gramática do português falado**. v. VI. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

HOTHORN, T.; HORNIK, K.; ZEILEIS, A. Unbiased Recursive Partitioning: A Conditional Inference Framework. **Journal of Computational and Graphical Statistics**, v. 15, p. 651-674, 2006.

LACERDA, P. F. A. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística**, v. 12, p. 83-101, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2016.v1n1a5440>. Acesso em: 5 abr. 2023.

LOPES, M. G.; RABELLO, M. L. Propriedades coesivas e semânticopragmáticas do conector complexo por isso no português brasileiro contemporâneo. **Signótica**, Goiânia, v. 34, e72812, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/siq.v34.72812>. Acesso em: 5 abr. 2023.

LOPES, M. G.; SILVA, S. Propriedades coesivas e semânticas da construção complexa [com isso] à luz da linguística funcional centrada no uso. **Confluência**, n. 62, p. 240-269, 2022a. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/521>. Acesso em: 19 fev. 2022.

LOPES, M. G.; SILVA, S. Trajetória diacrônica do conector com isso no português. **Revista Linguística**, v. 18, n. 2, p. 114-137, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2022.v18n2a57080>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MARQUES, N. B. N.; PEZATTI, E. G. **A relação conclusiva na língua portuguesa**: funções resumo, conclusão e consequência. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARQUES, N. B. N. **Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português**: um estudo da forma *portanto*. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2001.

NARROG, H. On defining modality again. **Language Sciences**, v. 27, n. 2, p. 165-192, 2005.

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SEARLE, J. **Sens et expression**. Paris: Minuit, 1982.

SWEETSER, E. **From Etymology to Pragmatics**. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Peking: Peking University Press, 1990.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Sobre os autores

Monclar Guimarães Lopes

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6238-958X>

É professor adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense. É doutor em estudos linguísticos e mestre em língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. É especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e graduado em Letras-Inglês pela Ferlagos.

Mayra Laurindo Rabello

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8463-4593>

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal Fluminense. Bolsista FAPERJ Nota 10. Graduanda em Letras, habilitação em Espanhol, na Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2019).

Recebido em jun. 2024.

Aprovado em nov. 2024.